

» Entrevista | LUÍS ROBERTO BARROSO | PRESIDENTE DO STF

Ministro encerra o período de dois anos à frente da instituição mais atacada pela onda extremista que atinge o Brasil. Afirma que o Supremo se uniu bem antes das ações antidemocráticas e está convencido de que o país evoluiu, mas precisa de uma reforma política

“Perdão imediato é uma medida negativa”

» ANA DUBEUX » ANA MARIA CAMPOS » CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

Ed Alves CB/DA Press



O ministro Luís Roberto Barroso encerra hoje a passagem na Presidência do Supremo Tribunal Federal com uma lista de realizações, algumas frustrações e uma página ainda a ser escrita. Após dois anos à frente do cargo, ele passará o mandato ao ministro Edson Fachin convencido de que deu contribuições importantes ao Judiciário brasileiro, tanto no comando da Suprema Corte quanto na presidência do Conselho Nacional de Justiça. Sobre esse último, Barroso se diz realizado com a adoção do Exame Nacional da Magistratura e as ações afirmativas para ampliar a presença de mulheres e de juízes negros.

Mas há questões ainda a resolver. Barroso resente-se de não ter ajudado mais o país a encontrar a pacificação dentro do ambiente democrático. O seguidor do pensamento kantiano se diz otimista porque entende que o Brasil evoluiu no curso da história. E que o julgamento da trama golpista tem um papel fundamental nesse sentido, pois rompe com a tradição de golpes, contragolpes e anistia.

Sobre o futuro, o ministro se diz sereno. Pretende fazer um retiro — ele é adepto da filosofia espiritual Brahma Kumaris —, antes de decidir se permanece no Supremo ou segue outro destino. Fã incondicional de Chico, Caetano e Bethânia, não citou ao *Correio* se aprecia Zeca Pagodinho. Mas o verso do cantor resume bem o atual momento do magistrado nascido no Rio de Janeiro: “Deixa a vida me levar”.

O senhor acredita que o presidente Donald Trump, depois do rápido encontro com o presidente Lula na ONU, vai mudar sua posição em relação ao Brasil??

Se houver uma estratégia por trás do que está acontecendo, acho que não. Se tivesse sido um impulso de uma pessoa mais ciclotímica, aí pode ser que sim. Mas é uma coisa curiosa: depois de brigar tanto e dizer tanto, veio com “Eu tive uma química”. Mas o Lula é muito sedutor mesmo.

Mas foram 39 segundos de sedução....

Ah, mas em um segundo, com um olhar, quem já se apaixonou sabe. Um olhar pode resolver tudo. Mas é porque o Lula transmite uma coisa boa. Ele tem uma energia.

Por que diz isso?

Logo depois que o presidente foi eleito, antes de tomar posse, ele foi à minha casa. Um amigo em comum o trouxe para conversar. E a minha sogra, que é estrangeira, nunca teve muito interesse por política e não gostava dele. Em 10 minutos, estava aos pés dele, amor eterno. Ele é sedutor. Tem carisma, é empático. É capaz de dizer coisas, conversar com as pessoas. Não concordo com muitas coisas, mas gosto dele. E ele é uma pessoa agradável de conversar. Não é pretensioso, conta histórias. Ele deixa você à vontade.

No seu último discurso como presidente do STF, o senhor comentou a questão dos custos pessoais para os ministros do Supremo nesse imbróglio entre Brasil e Estados Unidos. Poderia explicar melhor?

O custo pessoal não tem a ver apenas com essa questão dos Estados Unidos. Ele já vem de antes. Vou dar um exemplo: entrei para o Supremo em 2013. Em 2014, teve a Copa do Mundo. Eu fui à final da Copa com a minha mulher e meus dois filhos, nós

quatro sozinhos, na arquibancada do Maracanã. Era uma área mais reservada, mas fomos sem nenhum tipo de preocupação com segurança. Em 2016, fui à abertura dos Jogos Olímpicos com Teori Zavascki — saudoso Teori Zavascki — e meu filho. Nós três, sem nenhuma segurança, na arquibancada do Maracanã, vendo a abertura das Olimpíadas. Hoje em dia, eu só saio na rua com pelo menos três seguranças. Essa foi a transformação que ocorreu no Brasil. Esse é o custo pessoal que se manifesta nos momentos de ameaças que a gente recebe, em algum tipo de agressão.

Como são essas ameaças?

Teve um estado da Federação em que a casa onde eu estava foi cercada por 300 pessoas que ameaçavam invadi-la. Precisei sair em carro blindado. Fui cercado no aeroporto de Miami uma vez, às vésperas do 8 de Janeiro. Eu estava voltando para o Brasil. Tinha ido passar apenas o réveillon, porque minha filha estava estudando lá, e minha mulher já estava doente, inconsciente. Voltando para casa, fui cercado de forma muito agressiva. O custo pessoal entra aí, falando do meu caso. Mas depois que começou o inquérito do golpe com o ministro Alexandre, ele passou por situações piores que as minhas, e isso afeta os nossos filhos. Quando um ministro passa por isso, mal ou bem, nós escolhemos estar na vida pública. Mas quando atinge sua mulher, seu filho, sua filha, aí é algo que dói muito mais.

E depois veio a Magnitsky.

Outro custo pessoal... Quando falei em custos pessoais, é claro que depois veio a Magnitsky, que é um custo altíssimo. Porque uma coisa é não poder entrar nos Estados Unidos — esse é um poder discricionário do país. Mas aplicar a Magnitsky afeta a vida da pessoa em qualquer lugar do mundo. Esse é um custo pessoal alto. Portanto, eu me referia a esse

conjunto de questões. Você passa a viver permanentemente preocupado com segurança.

Isso se deve a uma incompreensão do papel dos ministros do Supremo?

Acho que isso se deve a uma maneira de fazer política que despertou um ódio que antigamente não existia na vida brasileira. Um modo de fazer política que extraiu o pior das pessoas e que liberou muitos demônios: raiva, agressividade, misoginia, homofobia, racismo, antiambientalismo. Houve uma liberação global de ódio, trazida por um tipo de populismo autoritário que piorou muito a qualidade das democracias em todo o mundo.

Acredita que isso vai continuar?

Eu sempre acredito que a vida vai melhorar. Eu sou um sujeito kantiano, e a visão kantiana da vida, de Immanuel Kant — que foi o grande filósofo do Iluminismo — é a de que a história é uma marcha contínua na direção do bem, da justiça e do avanço do processo civilizatório. Ela apenas não é linear. Então, às vezes, olhando da superfície, pode parecer que está piorando. Mas a história flui como um rio subterrâneo para onde tem que ir, e eu acho que esse caminho é o do aperfeiçoamento da justiça e do avanço civilizatório. E não digo isso por ingenuidade. Digo olhando para a história. O mundo vem de um tempo de sacrifícios humanos, de despotismos bárbaros, e hoje vivemos a era dos direitos humanos. Ainda não totalmente implementados, mas, atualmente, todos defendem os direitos humanos. Portanto, acho que avançamos. Talvez não na velocidade desejada, mas na direção certa. Só que a história é feita de avanços e de retrocessos. Certamente estamos vivendo um momento de retrocesso.

O senhor também falou sobre o avanço que ocorre quando o

indivíduo trabalha em grupo, em colegiado. Todas as crises e ataques contra o Supremo mostraram um tribunal muito unido. Foi uma estratégia deliberada dos senhores ministros como uma forma de autodefesa?

Olha, estou aqui consultando a lista das coisas que conseguimos decidir. O tribunal se uniu em torno de algumas questões muito importantes. Antes, o tribunal havia se dividido, sobretudo em temas penais e no enfrentamento à corrupção. Ali se via um tribunal mais dividido. Mas depois, no governo passado, o tribunal se uniu para proteger as pessoas durante a pandemia. Houve um negacionismo significativo que colocava em risco a vida da população, e o Supremo interveio para autorizar estados e municípios a adotarem medidas que a União não tomava; para determinar a elaboração de um plano de vacinação; para tomar a vacinação compulsória; para impedir uma campanha do governo que incentivava as pessoas a voltarem às ruas e ao trabalho quando a OMS recomendava o distanciamento social; e para validar decisões dos estados que proibiam cultos religiosos no auge da pandemia. Então, o tribunal se uniu para proteger vidas. Esse foi, talvez, o primeiro momento em que a unanimidade se estabeleceu no Supremo Tribunal Federal.

E depois da pandemia?

Depois, diante do negacionismo ambiental, o tribunal também tomou decisões importantes em relação ao Fundo Amazônia e ao Fundo Clima, cujos recursos estavam parados em conta, embora fossem destinados a combater a mudança climática e o desmatamento — problemas globais. Parte desse dinheiro vinha da Noruega e da Alemanha, com destinação específica de acordos internacionais, e a ideia era deixá-lo parado em vez de investir em projetos. Nós intervimos também. Portanto, o tribunal

começou a se unir em torno de pautas contra o negacionismo — primeiro da pandemia, depois ambiental. Para se ter uma ideia da má gestão da pandemia no Brasil: o país tem pouco mais de 2% da população mundial e registrou cerca de 10% das mortes. Esse foi o tamanho da gestão malfeita.

Qual foi o momento seguinte?

Depois, vieram os ataques à democracia, os ataques verbais ao Supremo e aos ministros. A questão do voto impresso nos uniu porque — eu estou absolutamente convencido disso, e por isso me empenhei tanto para impedir — era um dos pilares do golpe. Tratava-se de preparar o ambiente para contestar o resultado eleitoral em caso de derrota. A proposta era voto impresso com contagem manual e pública. Essa proposta foi rejeitada. Hoje, alguns negam, mas está nos registros. Eles têm um pouco de vergonha do que fizeram, mas a proposta era essa. Imagine: se essas pessoas mais radicais foram capazes de invadir o Supremo, o Congresso e o Planalto, o que não fariam em seções eleitorais, em que suspeitassem que estavam perdendo, com votos sendo contados manualmente? Sem mencionar que os votos teriam de ser transportados das escolas para algum outro lugar, podendo levar uma semana para a contagem, o que é inviável, pois as aulas precisam continuar. Portanto, o tribunal se uniu contra o voto impresso e, depois, contra outras medidas de esvaziamento de órgãos da sociedade civil.

E houve o tensionamento com o então presidente Bolsonaro.

Progressivamente, houve maior tensão entre o tribunal e o ex-presidente. Mas o Supremo se manteve firme e conseguiu, penso eu, evitar um golpe. Hoje, depois dos julgamentos, vemos todas as evidências de que havia um esquema

para desacreditar o sistema eleitoral — muitas provas, inclusive, de ordens para alterar relatórios das Forças Armadas que haviam concluído não haver fraude. Ora, para que mandar mudar um relatório científico que atesta ausência de fraude? Apenas para criar um ambiente de descrédito do resultado eleitoral.

Vinte e sete anos é uma pena alta para o ex-presidente Jair Bolsonaro?

Olha, foram aplicadas as penas previstas na legislação. Mas é importante esclarecer: no Brasil, ninguém cumpre 27 anos integralmente. As regras de execução penal são bastante flexíveis, sobretudo em casos de bom comportamento. Mas as penas foram resultado do somatório dos tipos penais que a turma aplicou. Eu não participei desse julgamento, portanto não posso opinar sobre o mérito. No caso do 8 de Janeiro, participei dos primeiros julgamentos, porque eram no plenário. Ali, eu fixei uma pena um pouco mais baixa, porque não considerei, cumulativamente, golpe de Estado e abolição violenta do Estado de Direito. Por isso, minha pena foi alguns anos menor. Mas prevaleceu a posição da maioria, que entendeu que houve os dois crimes. Então, acho que a pena é alta, mas é a pena prevista na lei.

O que foi o mais desafiador na sua presidência?

A minha presidência foi muito pacífica, tanto do ponto de vista interno quanto da relação com os outros Poderes. Do ponto de vista do relacionamento entre os Poderes, foi um momento de convivência independente, mas harmoniosa. No plano interno, também foi um período muito pacífico. O Supremo vive hoje um momento harmonioso, em que as pessoas se gostam, se admiram e se ajudam. Eu fui muito feliz por ter contribuído para isso, dando continuidade ao trabalho da ministra Rosa Weber, que exerceu uma liderança muito relevante nesse sentido. Portanto, considero que temos um tribunal pacificado em termos de convivência interna. Claro, houve momentos de tensão, como neste julgamento recente, em que o ministro Fux teve uma posição diferente — o que é legítimo, pois a independência judicial deve ser respeitada. Mas, no geral, a minha presidência foi sem atritos pessoais, o que já é uma grande conquista.

E na relação com a população?

Do ponto de vista da sociedade em geral, eu procurei otimizar a comunicação. Fiz um pacto pela linguagem simples: toda decisão plenária passou a ser acompanhada de uma explicação em uma página e meia, no máximo duas, informando o fato relevante, a discussão jurídica e o que foi efetivamente decidido. Acho que isso aproximou mais a sociedade do tribunal. Também me esforcei para dialogar com todos os setores. Conversei com o agronegócio, estive em Mato Grosso com representantes da Aprosoja, visitei comunidades indígenas, dialoguei com entregadores de aplicativo, com empresários da Fiesp e com sindicalistas da CUT. Eu sou uma pessoa que gosta de ouvir todos os lados e procuro agir com equilíbrio. O mundo vive tensões, o Brasil tem suas tensões, mas para mim foi um período muito feliz presidir o Supremo.